

# **Concurso para Ingresso no Quadro Especial de Juristas – 2024/2025**

## **Juristas**

### **Referências Bibliográficas para a Prova de Avaliação de Conhecimentos**

1. Constituição da República Portuguesa, na sua redação atual;
2. Lei de Defesa Nacional, Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 07 de julho, na sua redação atual;
3. Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, na sua redação atual;
4. Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto;
5. Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, na sua redação atual;
6. Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho, na sua redação atual;
7. Código de Justiça Militar, Lei n.º 100/2003, de 15 de novembro, na sua redação atual;
8. Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, Lei n.º 11/89, 01 de junho;
9. Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, na sua redação atual;
10. Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, na sua redação atual;
11. Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, na sua redação atual;
12. Regulamento de Disciplina Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 2/2009, de 22 de julho, na sua redação atual;
13. Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, Portaria n.º 301/2016, de 30 de novembro, na sua redação atual;
14. Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, na sua redação atual;
15. Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual;
16. Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;
17. Código do Trabalho, Lei n.º 07/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual;
18. Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual;
19. Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.